

RESUMO

Ana Raquel Köhler

Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da SETREM, Atendente de Suporte de TI no Centro de TI da SETREM, Professora no Curso Técnico em Design de Móveis da SETREM anakohler@setrem.com.br

Francine Winkelmann

Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da SETREM, Atendente de Suporte de TI no Centro de TI da SETREM, Professora no Curso Técnico em Informática da SETREM francine@setrem.com.br

Miriane Torgeski

Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da SETREM, Estagiária no Departamento de Extensão da SETREM mirianetorgeski@setrem.com.br

Neusa Cristina Pereira

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Especialista em Atendimento Educacional Especializado, Professora do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia neusapereira@setrem.com.br

O presente artigo, desenvolvido ao longo do 2º Semestre do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, tem por intuito relacionar as intervenções pedagógicas realizadas na ASDEVI - Associação dos Deficientes Visuais e Amigos Nova Vida de Três de Maio com os conceitos de Educação Popular. Pessoas com deficiência visual são historicamente vítimas de uma sociedade excludente, embora na atualidade já possuam diversos direitos assegurados na constituição. AASDEVI é constituída por indivíduos que possuem deficiência visual, tanto cegueira quanto baixa visão, que se reúnem neste grupo a fim de participarem de atividades que possibilitam seu desenvolvimento integral. Tendo por base às necessidades pedagógicas do grupo, as atividades desenvolvidas nesta instituição buscaram trabalhar os aspectos relacionados às relações interpessoais, de ensino-aprendizagem, autonomia e autoestima visando fortalecer o grupo e seus participantes.

Palavras Chave: Educação Popular, Deficiência Visual, ASDEVI.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os principais aspectos trabalhados durante as atividades práticas na ASDEVI - Associação dos Deficientes Visuais e Amigos Nova Vida de Três de Maio com os conteúdos estudados no decorrer do 2º Semestre do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM.

Foram desenvolvidas atividades nesta instituição a partir do componente curricular de Pesquisa e Prática Pedagógica Alternativa, através da realização de observações e intervenções, fundamentadas no conceito de Educação Popular.

A Educação Popular tem por característica trabalhar em benefício da promoção dos direitos do povo. Nestas bases, ela transcende os espaços de sala de aula e se estabelece em ambientes sociais distintos, como hospitais, lar dos idosos, creches, centros de reabilitação, grupos sociais, CRAS – Centro de Referência de Atendimento Social, entre outros locais.

Visando vivenciar e intervir em diferentes espaços sociais, as acadêmicas pesquisaram os espaços sociais existentes no município de Três de Maio/RS, sendo que entre as instituições pesquisadas, a que mais despertou o interesse do grupo para a intervenção acadêmica, foi a ASDEVI – Associação dos Deficientes Visuais e Amigos Nova Vida de Três de Maio, por ser um espaço social diferenciado e que poderia agregar muito conhecimento.

A ASDEVI representa um grupo social, de pessoas cegas e de baixa visão, cujo caráter é educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa e demais fins que possibilitem o desenvolvimento pleno do deficiente visual. A instituição tem 38 associados, sendo que destes, 25 possuem deficiência visual, além disso, conta com diversos voluntários da comunidade e empresas parceiras.

Na contemporaneidade em que vivemos a deficiência visual ainda é encarada com muito preconceito. Para um deficiente visual, são muitos os desafios, até mesmo tarefas simples do cotidiano tornam-se desafiadoras. A falta de visão acarreta em dificuldades de acessibilidade para o deficiente visual, pois são poucas as cidades e as escolas que possuem condições de contemplar as necessidades que estas pessoas possuem. Logo, os deficientes visuais acabam sendo oprimidos pela sociedade e privados de grande parte de seus direitos, como o direito de aprender e relacionar-se com o mundo. Voltada a esta realidade, a ASDEVI tem por objetivo propiciar um espaço de convivência e de reafirmação das singularidades das pessoas portadoras de baixa visão e cegueira.

Possuir uma deficiência visual não significa ter diminuídas ou anuladas as capacidades, sendo que um deficiente visual pode e deve ser incorporado à sociedade, pois ele constitui-se como um cidadão útil em pleno gozo dos seus direitos e perfeitamente capaz de assumir seus deveres.

Cada ser humano é único e possui maneiras diferenciadas de lidar com suas limitações. Desta forma, nenhum deficiente visual encara da mesma maneira a sua limitação, pois, suas características individuais, o seu contexto familiar, bem como o momento de sua vida em que esta limitação sensorial se desenvolveu e o quanto a sua limitação foi trabalhada, impactam na sua capacidade de desenvolvimento individual e psicológico.

Pensando em como possibilitar aos integrantes da

ASDEVI novas aprendizagens a partir desta prática, optou-se em um primeiro momento por utilizar o procedimento observacional para compreender a organização do grupo e seus anseios, para posteriormente realizar intervenções de forma qualitativa, buscando o fortalecimento do grupo e de seus participantes.

Por meio das observações, foi possível compreender que as necessidades do grupo estavam relacionadas a questões de ensino-aprendizagem, autonomia, autoestima e relações sociais. Estas carências apresentadas por eles é que nos conduziram a organizar as intervenções que foram realizadas com o grupo.

DESENVOLVIMENTO

As intervenções junto a ASDEVI – Associação dos Deficientes Visuais e Amigos Nova Vida Três de Maio, tiveram por princípio básico os conceitos de educação popular, partindo da observação do espaço social para posteriormente desenvolver atividades pedagógicas com este grupo desafiador.

Um aspecto importante da educação popular é que a mesma parte da realidade do grupo com o qual se trabalha, ou seja, as práticas a serem realizadas partem da própria demanda do grupo, não existindo metodologias ou planos prontos. O caminho a ser percorrido pela educação popular é aquele que permitir aos indivíduos transformarem sua realidade social, ampliarem pontos de vida e recriarem perspectivas para seu futuro e de sua comunidade. Libâneo (2001) discorre que a educação popular propicia o rompimento das barreiras que insistem em separar escola e sociedade.

Verificamos, assim, uma ação pedagógica múltipla na sociedade, em que o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade. (LIBÂNEO, 2001, p. 5)

Cabe a todo educador e principalmente aquele que quiser trabalhar nesta perspectiva, o entendimento de que como já afirmava Freire (1996) toda educação é uma forma de intervenção no mundo. Logo, não é possível ser educador sem objetivar transformações sociais.

No mesmo viés de Freire, Esclarín (2005) aborda que a educação não pode ser apenas um meio de ganhar a vida, mas sim de oferecer a vida aos outros, provocando nas pessoas que nos cercam a vontade de viver e de aprender.

Libâneo (2002) aborda que para a produção de uma aprendizagem significativa é preciso partir da experiência sócio cultural dos indivíduos, pois só assim é possível relacionar o conteúdo com a vida do sujeito.

[...] a experiência sociocultural concreta dos alunos são o ponto de partida para a orientação da aprendizagem. Professor que aspira ter uma boa didática necessita aprender a cada dia como lidar com a subjetividade dos alunos, sua

linguagem, suas percepções, sua prática de vida. Sem essa postura, será incapaz de colocar problemas, desafios, perguntas relacionados com os conteúdos, condição para se conseguir uma aprendizagem significativa. (LIBÂNEO, 2002, p.7)

Nestas bases, um trabalho pedagógico em um espaço como a ASDEVI requer um olhar diferenciado às necessidades especiais que este grupo possui. É preciso pensar em alternativas que possibilite a eles aprenderem como qualquer outra pessoa.

O ensino sempre é idealizado, Libâneo (1994) aponta a problemática da idealização do estudante, isto porque, os objetivos escolares sempre são planejados a partir de um estudante com boas condições psicológicas, sociais e sem patologias. Sendo assim, o estudante que não se enquadra neste perfil, acaba sendo excluído do processo de aprendizagem.

A partir dos relatos dos participantes da ASDEVI, percebeu-se a carência no que se refere à formação para pessoas com deficiência visual, pois o ensino está voltado a pessoas "normais". São poucas as escolas inclusivas existentes e mesmo estas escolas possuem recursos escassos, já as escolas regulares não tem condições de atender as necessidades destas pessoas e no que se refere aos demais cursos de aperfeiçoamento e a cursos de graduação são raras as possibilidades.

Além disso, cursos voltados a pessoas com algum tipo de deficiência precisam ter antes de tudo, conteúdos adaptados que permitam independência. Sobre este aspecto, Libâneo (1994) discorre que:

Se os conteúdos são acessíveis e didaticamente organizados, sem perder o caráter científico e sistematizado, haverá mais garantia de uma assimilação sólida e duradoura, tendo em vista sua utilização nos conhecimentos novos e sua transferência para as situações práticas. (LIBÂNEO, 1994, p.145)

Logo, compreende-se que o ensino e a educação possuem esta tarefa de dar condições para que o ensino aconteça, no intuito de possibilitar o desenvolvimento integral de qualquer pessoa. O viés de democratização da sociedade é o maior benefício social da educação.

A ASDEVI é constituída por pessoas adultas que possuem baixa visão ou cegueira. Por se tratarem de indivíduos adultos deparam-se com as frustrações decorrentes da deficiência, por não conseguirem realizar algumas atividades comuns nesta fase da vida, conforme descreve Amiralian (1997):

As pessoas que são acometidas de cegueira na vida adulta deparam-se com outros problemas: realização profissional, subsistência econômica e manutenção do papel social e familiar desempenhado antes da cegueira. Estas condições também são estritamente relacionadas com as condições pessoais do sujeito, com reações familiares, e com o conceito

de cegueira anteriormente possuído. (AMIRALIAN, 1997, p.69)

Na vida adulta a busca pela realização profissional e a subsistência da família são temas centrais do desenvolvimento humano, que neste período é caracterizado pela formação do núcleo familiar, maturidade, autonomia, pensamento lógico, constituição da carreira profissional, entre outras características. Porém a fase adulta não é o final do desenvolvimento humano que continua a ocorrer até a morte.

O sujeito que adquire a cegueira ao longo da vida precisa aceitar sua nova condição para depois conseguir se relacionar com a sociedade. A ASDEVI busca trabalhar em seus integrantes estas e outras questões subjetivas e cognitivas através de trabalho voluntário. Um dos pontos mais pertinentes para a realização da intervenção dentro desse grupo era a dificuldade de relacionamento interpessoal, onde as acadêmicas de Pedagogia trabalharam através de dinâmicas a convivência em grupo e a valorização do outro, pois como discorre Pilon (1987) dinâmicas de grupo são importantíssimas para o desenvolvimento das relações humanas.

Desenvolver relações humanas com base em dinâmica de grupo significa criar um espaço psicossocial alternativo, em que desconfianças, temores e conflitos possam ser aceitos e trabalhados, mediante experiências reconstrutivas, em termos de tarefas e processos que minimizem as ameaças ao "ego" e desenvolvam formas de interação compatíveis com uma ampliação quantitativa e qualitativa de cognições, afetos e condutas. (PILON, 1987)

Dentre as dinâmicas realizadas, a Dinâmica do Presente foi importante, pois destacou as qualidades dos integrantes da ASDEVI, propiciando reflexões acerca do olhar que é direcionado ao indivíduo, por muitas vezes, apenas observando-se os defeitos e deixando de lado as qualidades e também sobre a visão que o grupo tem de determinado integrante, pois por diversas vezes o ser humano não consegue compreender as impressões que causa no outro.

Conforme Glat (2007), diante da diferença o homem se intriga, interroga, nomeia e sofre por perceber que o que culturalmente se constrói como "verdades" históricas, não representam todos os aspectos que o constituem como ser humano. Para compreender a problemática que existe em torno da cegueira é preciso voltar no tempo e analisar a questão da deficiência ao longo da história.

"Reconhecer essa história é saber o quanto os cegos foram discriminados e segregados; é acreditar que isso sempre esteve atrelado ao sofrimento emocional, social e físico." (MOSQUERA, 2010, p.11)

Para o senso comum, ensino para pessoas com deficiência visual é um assunto recente que possui poucos materiais didáticos, todavia, embora ainda se possa explorar muito sobre a temática, já existem diversas pesquisas, registros e materiais à disposição.

Glat (2007) apresenta dados sobre o início de iniciativas educacionais no Ocidente para estes indivíduos, bem como, informações sobre o ensino através do tato, escola para cegos e livro didático em Braille.

Na história do Ocidente, há referência de iniciativas educacionais dirigidas a alunos cegos desde o século IV, quando São Basílio de Cesárea, na Capadócia, fundou um abrigo para cegos. No século XVI Girolina Cardono, um médico de Paivia, na Itália concebeu a ideia de que poderia se ensinar os cegos através do tato. Mas foi só a partir do século XVIII que foi criada, na França, por Valentin Haüy, a primeira escola para cegos, e lançado, por Jacques Bernovilli, um livro para o ensino da Matemática. (GLAT, 2007, p.117)

A cultura da perfeição sempre se fez parte da sociedade, desde as civilizações mais antigas. Na Grécia Antiga já havia o ideal do adulto saudável e forte. Esta preocupação visava à atuação militar, objetivando a defesa da pátria. Conforme Silva (2010) as crianças com deficiências nascidas em Esparta eram eliminadas ou abandonadas, já que eram consideradas subumanas.

Em nossa atualidade, na especificidade brasileira, pode-se dizer que esta realidade mudou muito. Se no passado pessoas com deficiência eram consideradas subumanas, hoje, embora vivendo em uma sociedade excludente, estas pessoas possuem seus direitos garantidos.

As intervenções pedagógicas na ASDEVI também permitiram compreender como estes indivíduos sentem-se enquanto cidadãos, ou seja, como se percebem seus direitos em sociedade. Atualmente, diversas leis regulamentam os direitos das pessoas com necessidades especiais.

Paz (2006) aborda o avanço da legislação no que se refere ao amparo as pessoas com deficiência em nosso país.

Inegavelmente, nos últimos dez anos, a situação das pessoas portadoras de deficiência visual no Brasil tem apresentado mudanças significativas. Já existe uma legislação consolidada que garante a estas pessoas várias conquistas. Como é o caso das reservas de vagas em concursos públicos para provimento de cargos, da garantia de acesso à edifícios públicos e aos transportes coletivos, da garantia de atendimento prioritário em agências bancárias, bem como da concessão de isenção de impostos sobre veículos automotores (IPVA, IPI, ICMS). (PAZ, 2006, p. 14)

A pessoa com necessidades especiais passa a ser amparada por lei a partir da Constituição Federal de 1988. Paz (2006) ainda discorre que através de políticas públicas e da criação de diversos instrumentos jurídicos, a constituição passou a buscar formas de integrar estes indivíduos a sociedade, possibilitando-lhes acessibilidade a bens e serviços, promoção da interação e da vida em comunidade.

Na especificidade da deficiência visual, as leis garantem aspectos relacionados à acessibilidade, cotas, isenção de impostos, direito a circulação com cão-guia, atendimento prioritário, entre outros aspectos.

Os integrantes da ASDEVI relataram diversas situações de descaso no cumprimento das leis, principalmente no que se refere à acessibilidade. Esta, trata-se de tornar acessível, ou seja, possibilitar a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o acesso fácil aos mais variados serviços, espaços, informações ou produtos.

Quando se fala em acessibilidade a maioria das pessoas pensa apenas em tornar construções acessíveis, todavia, a acessibilidade constitui-se algo muito mais amplo. Um ônibus que apresenta adaptações para transportar deficientes físicos, programas de televisão com legenda para pessoas com problemas de audição e livros em Braille para deficientes visuais são exemplos de acessibilidade. Mazzoni (2003) relaciona exemplos simples da inacessibilidade de alguns locais:

“[...] pisos irregulares, portas de vidro, portas com espelhos e portas com a mesma tonalidade que a do piso” (MAZZONI, 2003).

A partir de Mazzoni (2003) é possível compreender que a acessibilidade ainda não é uma realidade, isto porque, não é preciso procurar muito para encontrarmos exemplos da inacessibilidade que nossas cidades apresentam, além das situações já apontadas pelo autor, nossas cidades também não possuem rampas, as escadas têm degraus que variam na largura e altura, ausência de corrimões, telefones públicos e caixas de correio são elevadas, são poucos os banheiros públicos adaptados, entre outros desrespeitos a singularidade humana.

A acessibilidade vem dando seus primeiros passos no Brasil, bem como em Três de Maio. Nosso município apresenta pouquíssimos pontos acessíveis a pessoas com necessidades especiais. O Decreto-lei que regulamenta esta questão ainda é recente, nesta perspectiva, é necessário que todos, na condição de cidadãos auxiliem para que a acessibilidade constitua-se como realidade, garantindo o direito dos seres humanos que dependem dela para conquistar sua autonomia.

As autoridades são elementos fundamentais para que a acessibilidade torne-se uma realidade. As autoridades cabem responsabilidades como a realização de campanhas de conscientização das pessoas em relação à relevância da acessibilidade, captar e destinar recursos para viabilizar projetos de acessibilidade, investir na formação de profissionais de áreas que podem auxiliar no desenvolvimento de projetos para inclusão, entre outros aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira intervenção acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia foi um grande desafio e uma experiência extremamente gratificante e enriquecedora para o grupo.

O espaço social escolhido para a realização das intervenções pedagógicas permitiu a compreensão da dimensão da educação inclusiva e as especificidades desta área, ainda pouco explorada. Além disso, questões relacionadas às deficiências são pouco divulgadas.

Prova disso, é de que o grupo de acadêmicas não imaginava existir no município de Três de Maio uma Associação de Deficientes Visuais com mais de vinte pessoas que possuem algum tipo de deficiência visual visto que este município é considerado pequeno.

Nesta associação, o deficiente visual tem espaço para interagir e reintegrar-se a sociedade. Este espaço que é tão simples e de recursos tão limitados possui uma riqueza de trocas de experiências e vivências imensuráveis, permitindo aos indivíduos o desenvolvimento de suas capacidades.

Questões como a cegueira e a baixa visão estão rodeadas de diversos preconceitos e equívocos, que por muitas vezes remetem a ideia de pessoas incapazes de desenvolver atividades simples, totalmente dependentes de outras pessoas.

Na ASDEVI foi possível perceber que apesar dos problemas de visão, a maior parte das pessoas são ativas, sendo que todos envolvem-se de alguma forma em atividades em casa ou até mesmo na comunidade.

Ao chegar na ASDEVI encontrou-se um grupo em pleno andamento de duas atividades, mas que encontravam-se com problemas em suas relações interpessoais, logo, discutiam por motivos irrelevantes, tinham dificuldade em expressar suas ideias e aceitar as dos outros e não tinham ações pedagógicas estruturadas.

Nestas bases, o principal objetivo dentro da instituição partiu destas demandas, buscando preencher as lacunas existentes. Para isto, utilizou-se dos mais diversos métodos, como dinâmicas, leitura de mensagens e reflexões, conversas informais, momentos de confraternização, entre outros.

A cada novo encontro de prática, percebia-se o progresso dos integrantes da ASDEVI nas questões objetivadas pelo grupo. Além disso, que este trabalho também permitiu crescimento pessoal às acadêmicas, uma vez que estas amadureceram enquanto pessoas ao perceberem que mesmo diante de uma deficiência, a vida não para, sempre há o que se viver e fazer. E principalmente, que pessoas com deficiência são antes de tudo, pessoas, que vivem, se emocionam, se alegram como uma pessoa "normal".

Outro fator de extrema relevância neste trabalho foi a possibilidade de contato com outros espaços de atuação para a Pedagogia, visto que por muitas vezes, acredita-se que o trabalho do pedagogo está limitado as crianças em uma sala de aula, todavia, o profissional de pedagogia também pode atuar em hospitais em centros de reabilitação e empresas dos mais diversos segmentos, por exemplo.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. 1997. Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo. ISBN 8573960051.

BERTOLIN, Daiana Espíndola; SANKARI, Aline Mendes. 2006. Sensibilidade além dos Olhos. São Paulo: Annablume. ISBN 8574195901.

ESCLARIN, Antonio Perez. 2005. A Educação Popular e sua Pedagogia. São Paulo: Loyola. ISBN 8515031639.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. 2013. Deficiência Visual. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/deficiencia-visual>>. Acesso em 28 de agosto de 2013.

GLAT, Rosana. 2007. Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: 7Letras. ISBN 978-85-7577-394-9.

LIBÂNEO, José Carlos. 1994. Didática. São Paulo, SP: Cortez. ISBN 8524902981

LIBÂNEO, José Carlos. 2002. Didática: Velhos e Novos Temas. Goiânia, MG: GT – Didática da ANPEd. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1qyLHz39GR3dlanyHU9YeJ3vu2zX_y86OOblK_hwKsP4/edit>. Acesso em 18 de novembro de 2013

MAZZONI, A. A. 2003. Deficiência x Participação: Um Desafio para as Universidades. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

MOSQUERA, Carlos Fernando França. 2010. Deficiência Visual na Escola Inclusiva. Curitiba: Ibpx. ISBN 978-85-7838-485-2.

PAZ, Ronilson José da. 2006. As Pessoas Portadoras de Deficiência no Brasil: Inclusão Social. João Pessoa, PB: Universitária UFPB. ISBN 8599135058.

PILON, André Francisco. 1987. Relações humanas com base em dinâmica de grupo em uma instituição de prestação de serviços. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 21, n.4. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101987000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 out. 2013.

SILVA, Aline Maira da. 2010. Educação Especial e Inclusão Escolar: História e Fundamentos. Curitiba: Ibpx. ISBN 978-85-7838-700-6.